

A ALTERNATIVA À MORATÓRIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 05.04.1983

Há duas alternativas para o problema da dívida externa brasileira: ou o grau de confiança do sistema financeiro internacional em relação ao Brasil aumenta e a rolagem da dívida retoma seu ritmo “normal”, de forma que o país passa a receber empréstimos novos além dos já solicitados, ou o Brasil será obrigado a declarar moratória também dos juros, em adição à moratória do principal já declarada em dezembro último. A primeira alternativa, entretanto, só será razoável para o Brasil se o superávit na balança comercial for compatível com a retomada, em termos moderados, do crescimento da economia brasileira.

A moratória dos juros provavelmente só será adotada como recurso de última instância, já que o governo brasileiro, muito compreensivelmente, não deseja agredir os grandes bancos, principalmente norte-americanos, nos quais se concentra a dívida brasileira. A moratória dos juros implicaria para esses bancos na obrigatoriedade de lançar em “créditos em liquidação” seus créditos para com o Brasil. Os prejuízos que, em decorrência, apareceriam em suas demonstrações financeiras, trariam para esses bancos gravíssimos problemas junto a seus acionistas e depositantes.

Caso, entretanto, o Brasil não consiga mais “dinheiro novo”, ou seja, novos empréstimos além dos já solicitados, dificilmente escapará da moratória. Ainda que apresente superávit em sua balança comercial (exportação menos importação) e mesmo que logre saldo positivo em sua balança comercial mais serviços reais (que atingem entre cerca de 4 bilhões de dólares de seguros, fretes e turismo), continuará tendo déficit em sua balança de transações correntes (que inclui também o pagamento dos juros e dividendos no valor de 8 bilhões de dólares). Nesses termos, o Brasil precisará ainda e por muitos anos de aumentar a sua dívida total. A moratória só poderá ser evitada se os bancos internacionais

estiverem dispostos a financiar com dinheiro novo pelo menos esse juros e dividendos, utilizando-se dos investimentos diretos para a lenta recomposição de nossas reservas, e considerando-se equilibrada a balança comercial mais serviços reais (o que significa um saldo na balança comercial de 4 bilhões de dólares).

A alternativa para a moratória é a rolagem e aumento da dívida. É preciso, entretanto, ficar claro para todos que essa alternativa é compatível com diversas situações. É compatível com um crescimento negativo, com a estagnação e com o crescimento positivo da economia brasileira neste e nos próximos anos.

Dependendo do comportamento de nossas exportações nos próximos meses (que por sua vez dependem da recuperação da economia mundial e da manutenção da mudança nos preços relativos determinada pela maxidesvalorização), o Brasil poderá alcançar um superávit maior ou menor em sua balança comercial. Quanto maior for esse saldo, mais fácil, naturalmente, será recuperar a confiança dos banqueiros internacionais e retomar a rolagem da dívida. O importante, porém, é saber quanto de dinheiro novo vamos precisar.

Sobre esse aumento há duas atitudes possíveis, cuja diferença é crucial: ou aceitamos um número que nos foi “dado” pelos banqueiros internacionais e ajustamos nossa economia a esse número (cerca de 4 bilhões em 1983), ou estabelecemos uma meta de crescimento mínima para este ano e para os próximos e, em seguida, informamos ao sistema financeiro internacional quanto necessitaremos de dinheiro novo para financiar esse projeto. A primeira alternativa é a que está se procurando colocar em prática e, em princípio, implica em crescimento negativo do PIB em 1983; a segunda é a única razoável para o Brasil e, neste ano, implicará em um número entre 6 e 8 bilhões de dólares.

É preciso ficar claro que esta segunda alternativa é rigorosamente responsável. Não se pretende taxas de crescimento excepcionais. Bastam taxas de crescimento que garantam a absorção paulatina dos jovens que chegam ao mercado de trabalho e dos atuais desempregados. E não se pretende incorrer em novos déficits na balança comercial, sequer na balança comercial mais serviços reais. Serão necessários, portanto, sacrifícios,

aperto de cintos, e principalmente re-direcionamento da economia brasileira para o mercado interno ao mesmo tempo em que se estimulam as exportações.

O essencial, entretanto, é considerar como dado, como variável independente, essa taxa mínima de crescimento, e como consequência a necessidade de dinheiro novo para pagar os juros. E realizar, internamente, uma política econômica com esse objetivo muito claro. Se o sistema financeiro internacional não compreendê-la e não se dispuser a restabelecer sua confiança no Brasil a moratória dos juros será inevitável.(05/04)